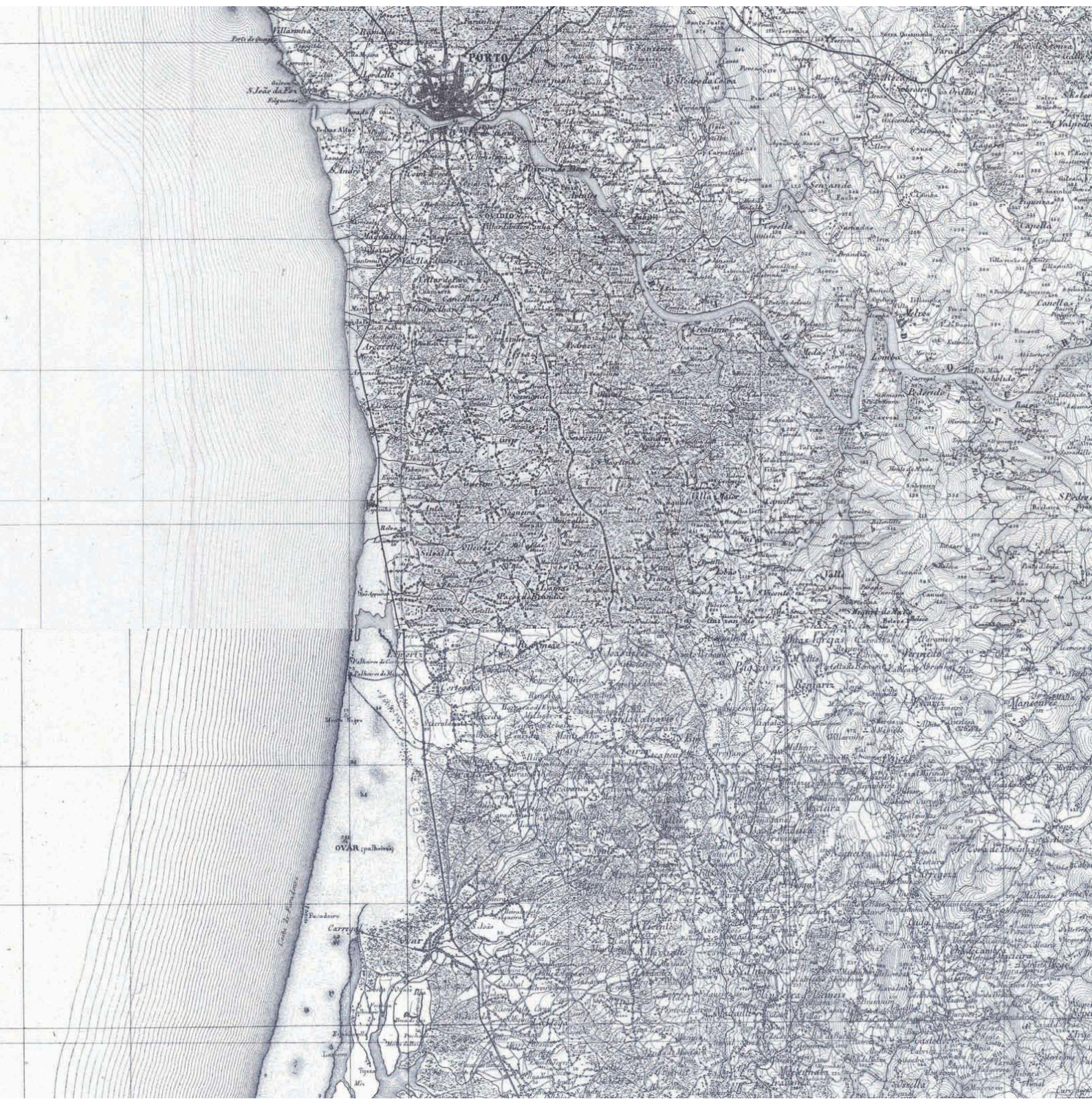


CONHECIMENTO
HUMANO



1. *Origens de um povoamento, histórias de um povo*

O território português tem vindo a ser “edificado” desde há milhares de anos e o Portugal de hoje é, sem dúvida, o resultado de um infindável número de contributos fornecidos por um vasto número de povos e civilizações. Ao longo dos muitos séculos de História do mais ocidental país Europeu, muitos foram os contributos deixados pelos Visigodos, Celtas, Romano, Muçulmanos... todos eles responsáveis por uma História rica e diversificada, traduzida e vertida no nosso património arquitectónico, na Cultura e tradições de um povo... na Língua Portuguesa.





Embora durante séculos Portugal tenha vivido de costas voltadas para o imenso Oceano que abraça o território, a presença do mar ajuda a explicar muito do modelo de organização do espaço português.

Ao longo de todo o século XX (com especial ênfase para a segunda metade) as cidades portuguesas foram enriquecidas pelo sur-

gimento e adensamento de uma multiplicidade de acessos, pelo desenvolvimento de funcionalidades (primeiro a Indústria, depois os serviços) que têm grande capacidade de fixação das pessoas. Dito de outra forma, o modelo de organização demográfica português acompanha, desde sempre, o modelo de desenvolvimento socioeconómico das suas regiões. As populações tendem a localizar-se próximo dos principais pólos produtores dos países e



das regiões, aproximando-se, assim, do emprego, da riqueza e, de uma maneira geral, da qualidade de vida, conforto e bem-estar.

Ora, foi precisamente no referido “emaranhado” de influências e confluências de povos que se situam as “Terras de Santa Maria”, “berço” do actual município de Santa Maria da Feira. Uma designação antiga e que

remonta ao século XI, aludindo aos actuais concelhos de Albergaria-a-Velha, Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Gondomar, Murto, Oliveira de Azeméis, Ovar, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira, Sever do Vouga, Vale de Cambra e Vila Nova de Gaia. Uma região com uma longa história... uma história que se confunde com a própria nacionalidade.





PORTO CARVOEIRO





Esta é uma região imbricada nos eixos Norte / Sul e Litoral / Interior do território nacional, o que faz com que o seu posicionamento tenha que ser considerado como estratégico, tendo sido, desde sempre, ponto de encontro e de passagem de muitos povos.

O povoamento desta terra é fértil e antigo, como atentam a presença de várias mamoaas que remontam ao IV-V milénio antes de Cristo, bem como castros pré-romanizados ou romanos. O império romano e as suas vias de comunicação e pontes (algumas das quais ainda se encontram bem conservadas, assim como as vias que ligavam Lisboa a Braga ou Porto a Viseu) reforçaram, substancialmente, a acessibilidade desta região e conferiram-lhe a capacidade de ser um pólo aglutinador de povoamento.

A título de exercício meramente demonstrativo desta teoria, e segundo o qual se pretende demonstrar o peso demográfico que as “Terras de Santa Maria” sempre tiveram no contexto nacional, bastará “recriar” esse espaço com os actuais dados numéricos da população.

POPULAÇÃO		
PORTUGAL	10 529 255	100%
TERRAS DE MARIA	935 843	8,89%

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
Albergaria-a-Velha	25 497
Arouca	24 019
Castelo de Paiva	17 089
Espinho	31 703
Estarreja	28 279
Gondomar	169 239
Murtosa	9 657
Oliveira de Azeméis	71 243
Ovar	56 715
Santa Maria da Feira	142 295
S. João da Madeira	21 538
Sever do Vouga	12 940
Vale de Cambra	24 761
Vila Nova de Gaia	300 868
Total	935 843

Fonte: INE

Ora, em apenas 14 dos 308 actuais municípios do país, concentra-se cerca de 9% da população portuguesa, podendo-se inferir (sem nunca esquecer toda uma tradição histórica bem visível nestes territórios) que este dinamismo demográfico já seria bem evidente aquando da afirmação da nacionalidade.

O Castelo da Feira, construído em inícios do século XI, sede de pagamento de tributo, era local privilegiado de comércio (de produtos das colheitas, ferramentas agrícolas, vinho, fruta, vestuário). Esta feira tornou-se tão importante que a aglomeração populacional tomou o seu nome Civitas Sanctae Mariae, dando origem à actual cidade de Santa Maria da Feira. a designação "Terras de Santa Maria", atribuída em 868 por Afonso III de Leão e Astúrias, pressupõe uma evidente afirmação de fé católica e pretende invocar a protecção divina sobre este território que estava em guerra com os mouros.

Desde bem cedo, devido a acontecimentos históricos e, sobretudo, a factores geográficos bem demarcados (a norte o Rio Douro; a Sul, o Vouga; a Oeste o Oceano Atlântico e a Leste as regiões montanhosas de Arouca, Vale de Cambra e Sever do Vouga) a determinação exacta dos limites desta região não acarretou os problemas que era usual acontecer. Tal facto concorreu para que se propiciasse a criação de uma zona socioeconómica pujante e de grande vitalidade resultante, por um lado da diversidade das terras, por outro, pelo seu posicionamento estratégico entre dois pólos políticos, comerciais e religiosos da época: Porto e Coimbra.





É nesta envolverência geográfica, económica, militar, sociológica, política, religiosa e/ou cultural que convergem, no início do séc. XII, as convulsões políticas geradas com a morte do Conde D. Henrique e que irão reforçar a importância e o prestígio das Terras de Santa Maria.

Ora, a história do povoamento em Portugal diz-nos que a localização privilegiada das Terras de Santa Maria fizeram deste território ponto de passagem obrigatória como, de resto, confirmam os vestígios das antigas vias romanas (Lisboa – Braga e Porto – Viseu), ainda hoje bem visíveis nas paisagens destes municípios.

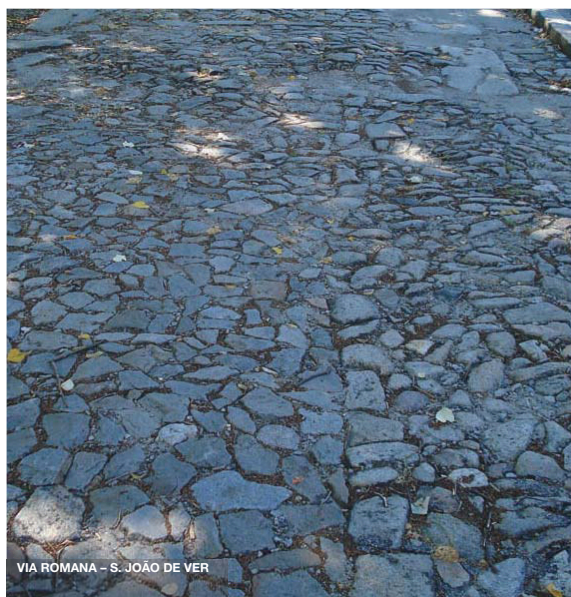
Todos estes dados permitem que se sublinhe, de forma inequívoca, que Santa Maria da Feira é, desde os tempos contemporâneos da génese da "portugalidade", não só um importante centro de desenvolvimento económico e social, mas também (e intimamente relacionado com esse desenvolvimento) um importante pólo demográfico. A corroborar tudo isto, encontra-se ainda hoje, e bem visível na paisagem, o mais inequívoco dos testemunhos: o castelo de Santa Maria da Feira, classificado como Património Nacional. Mais do que mero elemento embelezador da paisagem, este monumento é o mais claro testemunho da importância que este território (desde sempre) possuiu para a região e para o país. Mais do que fortaleza militar, as firmes paredes do castelo evidenciam uma história de dinamismo a nível social e económico, história essa que ainda hoje se escreve.

Foi precisamente nas terras envolventes ao castelo, local de depósito do tributo, que se verificou um surto de desenvolvimento intenso e, de certo modo, precoce na região. Fruto de uma

forte concentração populacional para a realidade da época, este aglomerado populacional terá emergido, assim, como consequência dessa dinâmica que fomentava o encontro de mercadores às portas da fortaleza. Trocavam produtos agrícolas, alfaias agrícolas, têxteis, ferragens, etc. sendo esta uma ocasião frequentada por grande número de camponeses da região.

A posição estratégica do município é facilmente reconhecível. Sempre o foi. É um território com posição geográfica central, o eixo do desenvolvimento socioeconómico do país, próximo do Douro e do mar e na confluência das vias comerciais mais importantes, sejam elas de cariz fluvial, marítimo ou terrestre.

Este facto justificaria, por si só, a existência de um castelo medieval para assegurar o patrulhamento da via Porto – Coimbra, eixo vital para o Reino de então, assegurando a circulação de pessoas e bens entre dois dos mais importantes núcleos urbanos, institucionais e religiosos do país.



Essa mesma via foi, de resto, uma das principais estruturas da romanização na Península Ibérica. Através desta via chegavam e partiam militares, comerciantes, sempre presentes na sua função de abastecer os exércitos e também os principais aglomerados populacionais, mas também na tentativa de recolha dos recursos e riquezas regionais, na compra do resultado dos saques de guerra e no fornecimento de matérias-primas aos artesãos locais, uma via quase paralela ao mar e que servia directa ou indirectamente os núcleos urbanos existentes longitudinalmente em relação a si. A importância desta estrutura era por demais evidente, até porque a ela convergiam outros itinerários de âmbito mais regional ou local. Ao longo dela foram-se desenvolvendo alguns centros do ponto de vista demográfico e económico. A esses centros, primitivos esboços da génese dos centros urbanos em Portugal, atribuía-se o nome de “Civitates”, termo que está na origem do termo Cidade. Ora, na realidade visigótica, “Civitates” seria a circunscrição territorial em torno de uma cidade fortificada e, na maioria dos casos, sede episcopal, condição que, no caso da “Civitates Sanctae Mariae” [Santa Maria da Feira] não se verificou, já que este território nunca foi sede episcopal.

Para além do factor “localização” outros factores concorreram para que as Terras de Santa Maria adquirissem um elevado e precoce grau de protagonismo e notoriedade em termos demográficos. A terra era fértil e possibilitava boas e diversificadas culturas agrícolas, como bons cereais, vinho, fruta, pastagens para o gado, condições que potenciavam uma actividade económica (assente nas actividades agrícolas) particularmente intensa para a realidade de então.

No decurso do século XIII assistiu-se a um claro e pronunciado fenómeno de expansão das actividades comerciais. O tradicional sistema agro-pastoril que pautava a economia da época abria-se progressiva e paulatinamente aos mercados de trocas de excedentes agrícolas e artesanais. O sector comercial de então baseava-se essencialmente no sistema de troca directa de produtos, mas também por moeda corrente. Deste modo, era junto aos maiores pólos demográficos (que correspondiam também aos mais dinâmicos pólos económicos de então) que se realizavam estas ocasiões de transacções comerciais.

Ora, só a mera existência de provas documentais da realização de uma grande feira nas Terras de Santa Maria parece mostrar que já nos séculos XIII e XIV esta região se assumia como importante pólo demográfico do Reino.

Para além dos tradicionais ofícios agrícolas, que demonstram que esta região se assumiria como um ambiente rural em franca expansão económica, há notícias claras acerca da existência de taberneiros, sapateiros e carneiros nas Terras de Santa Maria. Os taberneiros eram, com os respectivos estabelecimentos de venda (tabernas), muito importantes para apoiar o intenso movimento de pessoas ao longo dos caminhos que cruzavam o território.

Estas referências a sapateiros, taberneiros e carneiros são, também, particularmente significativas de um consumo local que se vai aproximando daquele que tradicionalmente só se verificava nos centros urbanos.





Por outro lado, referências a estes ofícios na feira das Terras de Santa Maria remetem-nos para uma progressiva entrada da vila (ou "Civitates") numa estrutura urbana, já que atesta a existência de um mercado consumidor constituído por famílias que já compram e necessitam de consumir.

Quanto ao comércio, ele aparece bem representado pela existência de mercados e não tanto pela acção dos almocreves, personagens mais características dos espaços interiores (e menos desenvolvidos) do Reino.

Intimamente relacionada com esta feira das Terras de Santa Maria parece ter sido a feira de Gaia, já mais dedicada aos portos, às pescas, ao negócio do sal e do peixe seco e salgado.

A vila de Gaia, a norte das Terras de Santa Maria, atrai os aldeões, funcionários régios e os seus criados, artesãos e os senhores, mercadores e almocreves por ocasião da feira organizada anualmente entre os dias 25 de Outubro e 25 de Novembro, incluindo, por conseguinte, a festa religiosa e profana de S. Martinho, a 11 de Novembro.

Sobre a feira das Terras de Santa Maria pouco se sabe, a não ser que a feira se realizaria em Agosto e que existiria já em 1315, se bem que é perfeitamente admissível (e plausível até) que a mesma seja muito anterior. Nesta grande feira apareciam os produtos das colheitas do ano, como cereais, gado, vinho, linho, manteiga, fruta, pescado seco e fumado, sal, cera, mel, potes, cerâmica, ferragens, etc.

O facto de ser uma festa realizada em Agosto, sublinhando uma vez mais a enorme religiosidade do território e das gentes, faz com que se possa crer que esta ocasião se assumisse, também como uma centralidade religiosa em torno do culto a Santa Maria, que se assinala a 15 desse mês. Dito de outra forma, ganha consistência a ideia de que a feira das Terras de Santa Maria seria como que o prelúdio à preparação da feira de Gaia, ocasião para os mercadores se abastecerem de grande número de produtos a preços mais baixos para depois, em Outubro, os transaccionarem na feira régia da Foz do Douro.

2. Demografia

a) A evolução da população

Ao longo da história demográfica portuguesa, o município de Santa Maria da Feira tem, de forma mais ou menos pronunciada, acompanhado as grandes tendências de crescimento ou de retrocesso demográfico nacional. No entanto, é digno de destaque o facto de, sobretudo a partir de 1930, o município apresentar taxas de crescimento demográfico bem superiores às médias nacionais. Digno de destaque é, também, o facto de, contrariamente ao verificado a nível nacional (com crescimento negativo da população de 3,13%) Santa Maria da Feira ter registado, no período intercensitário de 1960/1970, um aumento populacional de 13,76%. Este dado reforça o evidente dinamismo demográfico do concelho de Santa Maria da Feira.

ANO	PORTUGAL		SANTA MARIA DA FEIRA	
	População Residente	Taxa Crescimento	População Residente	Taxa Crescimento
1864	4 286 995	-	31 692	-
1878	4 698 984	9,61%	33 676	6,26%
1890	5 102 891	8,60%	36 684	8,93%
1900	5 446 760	6,74%	38 494	4,93%
1911	5 999 146	10,14%	45 048	17,03%
1920	6 080 135	1,35%	45 008	- 0,09%
1930	6 802 429	11,88%	52 679	17,04%
1940	7 755 423	14,01%	61 505	16,75%
1950	8 510 240	9,73%	70 532	14,68%
1960	8 889 392	4,46%	83 483	18,36%
1970	8 611 125	- 3,13%	94 970	13,76%
1981	9 833 014	14,19%	109 531	15,33%
1991	9 867 147	0,35%	118 641	8,32%
2001	10 356 117	4,96%	135 634	14,32%
2004	10 529 255	1,67%	142 295	4,91%
2006	10 599 095	0,66%	145 247	2,07%

1991/2006	
PORTUGAL	SANTA MARIA FEIRA
Taxa de Crescimento	Taxa de Crescimento
7,42%	22,43%

Fonte: INE



Nas últimas décadas, o município de Santa Maria da Feira logrou conquistar importantes e assinaláveis ganhos populacionais. Em cerca de 50 anos viu duplicada a sua população, o que é indiciador da alteração de comportamento de diversas variáveis socioeconómicas, alterações essas agentes de mutações também ao nível demográfico.

Daí ser importante conhecer-se esta "história" e analisar com mais pormenor essas alterações e os efeitos que dela decorrem, assim como conseguir enquadrar o município num contexto regional e/ou nacional.

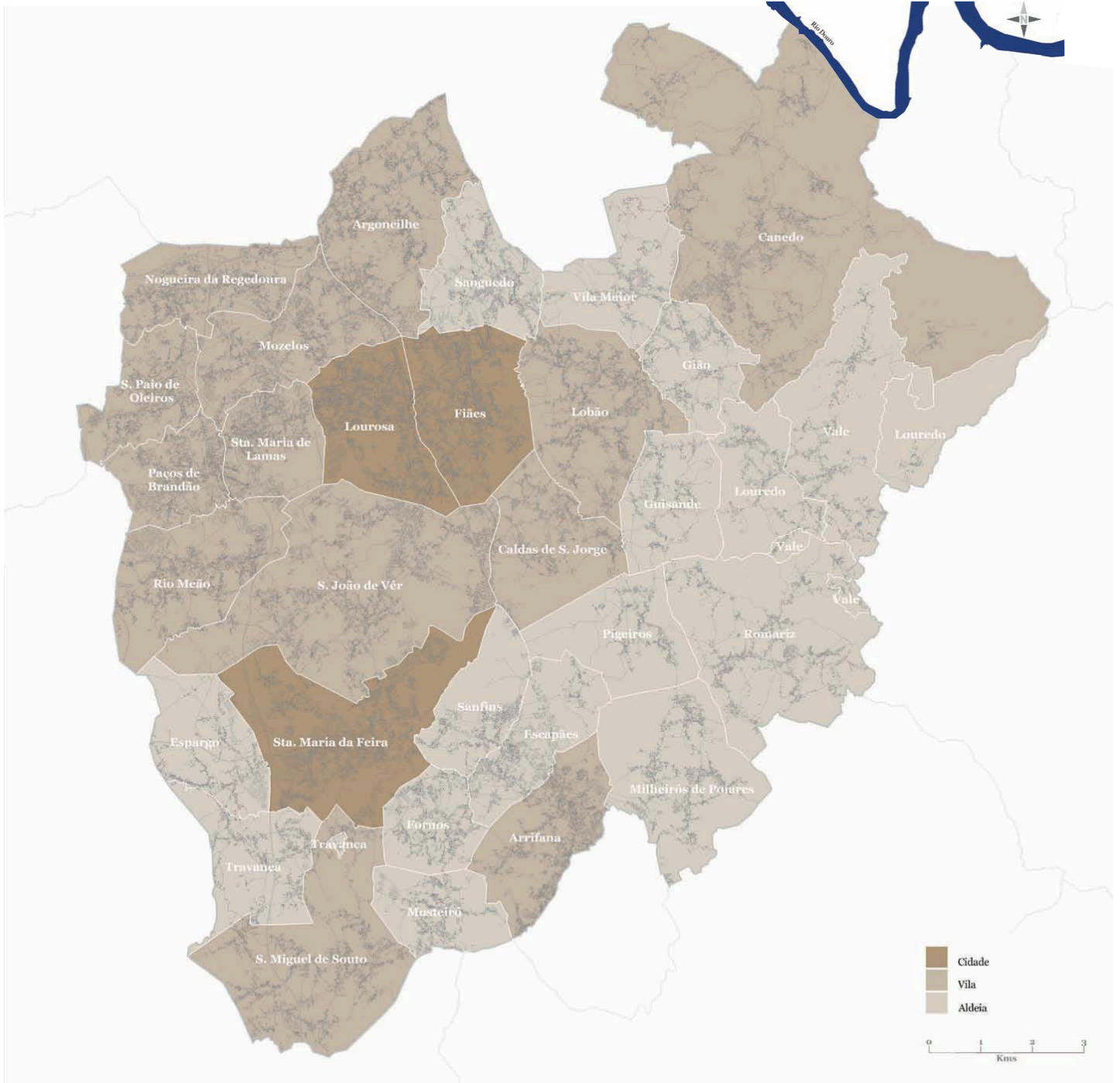
O município de Santa Maria da Feira insere-se hoje na Grande Área Metropolitana do Porto, juntamente com os municípios de Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa do Varzim, Santo Tirso, S. João da Madeira, Trofa, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Do ponto de vista administrativo é um dos municípios do Distrito de Aveiro, localizando-se no seu limite norte. Confina a Norte e a Nordeste com o município de Vila Nova de Gaia e Gondomar, respectivamente, ambos concelhos do Distrito do Porto. A oeste confina com Espinho, a Este com Arouca, Sul com S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis e a Sudoeste com o município de Ovar.

Os 215,6 km² do território do município repartem-se por 31 freguesias: Argoncilhe, Arrifana, Caldas de S. Jorge, Canedo, Escapães, Espargo, Fiães, Fornos, Gião, Guisande, Lobão, Louredo, Lourosa, Milheirós de Poiares, Mosteirô, Mozelos,

Nogueira da Regedoura, Paços de Brandão, Pigeiros, Rio Meão, Romariz, Sanfins, Sanguedo, Santa Maria da Feira, Santa Maria de Lamas, Santa Maria do Vale, S. Miguel do Souto, S. João de Ver, São Paio de Oleiros, Travanca e Vila Maior.





Conforme se poderá constatar da observação do quadro com a evolução da população do município de Santa Maria da Feira, o esforço realizado aquando do último momento censitário em Portugal (Recenseamento Geral da População de 2001) permitiu contabilizar 135 964 indivíduos e uma densidade populacional de 653 hab. / km². Os estudos demográficos entretanto realizados pelo Instituto Nacional de Estatística admitem um crescimento progressivo dos valores totais da população (142 295 em 2004 e 145 247 em 2006).

De um modo genérico, poder-se-á sublinhar Santa Maria da Feira como um município que demonstra um dinamismo demográfico assinalável, não só nos contextos local e regional, como igualmente no contexto nacional.

Este dinamismo demográfico advém do comportamento de alguns indicadores demográficos que contrastam com o registado a uma escala nacional.

	POPULAÇÃO	ÁREA	DENSIDADE POPULACIONAL
PORTUGAL	10 529 255	92 117,5	114,30
CONTINENTE	10 043 763	88 967,5	112,89
NORTE	3 727 310	21 287,5	175,09
CENTRO	2 376 609	28 198,7	84,28
EDV	283 856	862,2	329,22
SM FEIRA	142 295	215,6	659,99

ANO	PROPORÇÃO
1864	0,74 %
1878	0,72 %
1890	0,72 %
1900	0,71 %
1911	0,75 %
1920	0,74 %
1930	0,77 %
1940	0,79 %
1950	0,83 %
1960	0,94 %
1970	1,10 %
1981	1,11 %
1991	1,20 %
2001	1,31 %
2004	1,35 %
2006	1,37 %

Fonte: INE

De um modo genérico poder-se-á dizer que a população do município de Santa Maria da Feira no contexto nacional tem vindo a conquistar maior importância. Presentemente, mais de 1,3% dos portugueses são feirenses, sendo que há 40 anos esse peso percentual não chegava, sequer, a 1% (0,94% em 1960).

Com efeito, a década de 1960 poderá marcar o arranque de uma notória evolução do município de Santa Maria da Feira que se sente da análise feita nos números da população, uma evolução que se propaga muito para além da contagem dos efectivos populacionais. Se a população deste município cresceu tal será sintoma de que a economia desse mesmo espaço se fortaleceu, se diversificou e (consubstanciado por este comprovado aumento populacional) frutificou.

1864	1950	EVOL. PESO PERCENTUAL
0,74 %	0,83 %	0,09 %
1950	2000	EVOL. PESO PERCENTUAL
1,10 %	1,37 %	0,27 %

Este momento coincidiu, igualmente, com a conquista de um papel de notoriedade e afirmação do município no contexto nacional. Não só do município enquanto entidade institucional, mas também do município enquanto sede e berço de uma notável capacidade produtiva das suas empresas e do seu tecido produtivo.

Este crescente peso proporcional de Santa Maria da Feira no contexto dos municípios portugueses (e, conseqüentemente, da sua notoriedade nacional) poderá facilmente ser corroborado através da leitura do quadro referente aos números do recenseamento eleitoral.

Com efeito, no universo dos 308 municípios portugueses, Santa Maria da Feira assume a 16.ª posição no que diz respeito ao número de eleitores recenseados. Segundo os dados da Comissão Nacional de Eleições, referentes a 31 de Dezembro de 2007, nas 31 freguesias do concelho de Santa Maria da Feira contabilizavam-se 113 978 eleitores, número esse que sublinha, com particular ênfase, o peso específico que o município de Santa Maria da Feira foi alcançando ao longo das últimas décadas. E estes elementos estatísticos serão tão ou mais significativos se lembrarmos que no concelho encontram-se recenseados cerca de 20% (19,1%) do total de eleitores de todo o círculo eleitoral de Aveiro, número francamente superior ao peso específico do município de Aveiro (10% do total de eleitores do Distrito).

CAPÍTULO III CONHECIMENTO HUMANO

LISBOA	513 931	OURÉM	38 016	VAGOS	17 983	VOUZELA	10 299	VIMIOSO	6 060
SINTRA	265 475	TOMAR	37 824	RIO MAIOR	17 804	TÁBUA	10 291	BELMONTE	6 042
VILA NOVA DE GAIA	236 429	GUARDA	37 038	MACEDO DE CAVALEROS	17 673	VENDAS NOVAS	10 282	PENAMACOR	5 990
PORTO	227 713	ABRANTES	36 516	MEALHADA	17 613	MELGAÇO	10 200	PORTEL	5 976
LOURES	156 850	MONTUJO	35 703	AMARES	17 299	ÓBIDOS	10 091	ALFÂNDEGA DA FÉ	5 922
CASCAIS	147 323	SESIMBRA	34 441	SALVATERRA DE MAGOS	17 013	TORRE DE MONCORVO	9 683	VILA NOVA DE POIARES	5 916
ALMADA	139 166	LOUSADA	33 966	FRAIA DA VITÓRIA	16 877	CARREGAL DO SAL	9 592	CASTRO MARIM	5 813
AMADORA	138 568	BRAGANÇA	33 525	AZAMBUJA	16 749	CHAMUSCA	9 527	MONCHIQUE	5 694
OEIRAS	136 199	CANTANHÊDE	33 197	SÃO PEDRO DO SUL	16 613	MORTÁGUA	9 373	VILA NOVA DE PAIVA	5 606
MATOSINHOS	136 043	OLHÃO	32 723	VILA POUCA DE AGUIAR	16 503	PAREDES DE COURA	9 177	ALANDROAL	5 563
BRAGA	135 872	ALENQUEIR	31 570	PESO DA RÉGUA	16 417	REGUENGOS DE MONSARAZ	8 980	POVOAÇÃO	5 559
GONDOMAR	134 226	TORRES NOVAS	31 418	ENTRONCAMENTO	16 054	OLIVEIRA DE FRADES	8 921	PENELA	5 378
GUIMARÃES	132 027	SANTA CRUZ	31 040	LAGOA	15 869	ALJUSTREL	8 908	FORNOS DE ALGODRES	5 246
COIMBRA	122 248	TROFA	30 765	CABECEIRAS DE BASTO	15 856	ARRUDA DOS VINHOS	8 840	VIDIGUEIRA	5 184
SEIXAL	116 788	ESPINHO	30 154	CASTRO DAIRE	15 509	MURTOSA	8 668	OURIQUE	5 146
SANTA MARIA DA FEIRA	113 978	ÍLHAVO	30 070	CAMINHA	15 222	SANTANA	8 657	MORA	5 129
ODIVELAS	110 144	MARINHA GRANDE	29 701	MONTEMOR-O-NOVO	15 215	VILA FRANCA DO CAMPO	8 558	VIANA DO ALENTEJO	4 749
VILA NOVA DE FAMILIÇÃO	107 525	BEJA	29 694	PONTE DE SOR	15 122	PROENÇA A-NOVA	8 479	NORDESTE	4 745
LEIRIA	100 681	ESPOSENDE	28 859	GOLVEIA	15 071	CELORICO DA BEIRA	8 441	SOUSEL	4 726
FUNCHAL	100 218	ÂNGRA DO HEROÍSMO	28 434	SERTÁ	15 068	SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	8 398	PAMPILHOSA DA SERRA	4 723
VILA FRANCA DE XIRA	99 709	FUNDÃO	28 375	VILA REAL DE SANTO ANTONIO	15 048	VILA NOVA DE FOZ COÁ	8 347	GOLGÊA	4 691
BARCELOS	98 757	TONDELA	28 091	SABUGAL	14 724	PENALVA DO CASTELO	8 344	MADALENA	4 647
MAIA	98 650	SILVES	27 597	MONTALEGRE	14 543	ALMEIDA	8 343	VELAS	4 556
SETÚBAL	94 161	CÂMARA DE LOBOS	27 261	VIEIRA DO MINHO	14 326	VILA NOVA DE CERVEIRA	8 218	VILA DO PORTO	4 535
VISEU	82 843	ANADIA	26 786	CASTELO DE PAIVA	14 191	PONTA DO SOL	8 207	MESÃO FRIO	4 497
VIANA DO CASTELO	79 302	SANTIAGO DO CACÉM	25 972	PENACOVA	14 129	MONDIM DE BASTO	8 137	PORTO SANTO	4 407
VALONGO	71 998	ARCOS DE VALDEVEZ	25 823	SERPA	14 054	RIBEIRA DE PENIA	8 118	ALJEZUR	4 188
BARREIRO	70 391	LAMEGÓ	25 673	MOURA	13 695	TERRAS DE BÓLORO	8 091	LAJES DO PICO	4 184
PAREDES	66 241	SEJA	25 376	LOUSÃ	13 641	MIRANDA DO DOURO	7 955	GOÏS	4 155
AVERIO	62 480	ALBUFEIRA	25 207	ALLIJÓ	13 282	FERREIRA DO ZEZERE	7 931	GAVIÃO	4 150
VILA DO CONDE	61 400	MIRANDELA	23 806	ESTREMOSZ	13 153	SÃO BRÁS DE ALPORTEL	7 929	AVIS	4 072
SANTO TIROSO	61 297	ESTARREJA	23 079	NAZARÉ	13 130	FERREIRA DO ALENTEJO	7 774	VILA DO BISPO	4 050
TORRES VEDRAS	60 658	PENICHE	22 826	NELAS	12 899	SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	7 620	CUBA	3 971
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	57 423	PORTALEGRE	21 776	VALENÇA	12 876	VILA FLOR	7 560	MANTEIGAS	3 834
FENAFIEL	57 083	ODEMIRA	21 746	PONTE DA BARCA	12 429	MAÇÃO	7 543	PEDRÓGÃO GRANDE	3 825
MOITA	56 295	VALE DE CAMBRA	21 572	GRÂNDOLA	12 402	TAROUCA	7 524	FREIXO ESPADA À CINTA	3 824
FIGUEIRA DA FOZ	55 475	MONTEMOR-O-VELHO	21 414	BATALHA	12 377	MÉRTOLA	7 504	SANTA CRUZ DA GRACIOSA	3 790
PÓVOA DE VARSIM	53 021	TAVIRA	21 385	ALCANENA	12 300	CARRAZEDA DE ANSIAES	7 434	SARDOAL	3 649
SANTAREM	52 247	RIBEIRA GRANDE	21 042	CADAVAL	12 228	VILA VIÇOSA	7 423	CRATO	3 617
PONTA DELGADA	51 348	PÓVOA DE LANHOSO	21 022	RIBEIRA BRAVA	12 214	ALMODÔVAR	7 306	VILA VELHA DE RODÃO	3 603
AMARANTE	50 157	LAGOS	20 711	SÁTÃO	12 201	SOBRAL DE MONTE AGRADO	7 269	CALHETA	3 533
FARO	49 901	VALPAÇOS	20 599	ALGÁCER DO SAL	11 829	NISA	7 268	MARVÃO	3 401
COVILHÃ	48 611	LOURINHÃ	20 557	ANSIÃO	11 817	ALVAIÁZERE	7 082	CONSTÂNCIA	3 386
LOULÉ	48 360	AROUCA	20 417	MIRA	11 814	MURÇA	7 024	ALTER DO CHÃO	3 295
CASTELO BRANCO	47 478	ALBERGARIA-A-VELHA	20 224	VINHAIS	11 743	CAMPO MAIOR	6 953	PENEDONO	3 284
POMBAL	47 127	MONÇÃO	19 961	BOMBARRAL	11 712	BÓTICAS	6 907	FRONTEIRA	3 255
ALCOBAÇA	46 784	MACHICO	19 911	ARGANIL	11 552	SABROSA	6 825	CASTANHEIRA DE PÉRA	3 244
FAFE	46 151	PORTO DE MÓS	19 771	ALCOCHETE	11 463	ARMAMAR	6 810	ALCOUTIM	3 242
MAFRA	46 088	CARTAXO	19 650	HORTA	11 450	OLEIROS	6 552	PORTO MONIZ	3 141
ÉVORA	45 900	ELVAS	19 519	CONDEIXA-A-NOVA	11 381	VILA NOVA DA BARQUINHA	6 541	VILA DE REI	3 118
FELGUEIRAS	45 674	BENAVENTE	19 466	SEVER DO VOUGA	11 268	BORBA	6 510	CASTELO DE VIDE	3 110
OVAR	44 787	MANGUALDE	19 278	CALHETA	11 233	FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	6 368	MONFORTE	2 845
VILA REAL	44 276	SÃO JOÃO DA MADEIRA	19 196	RESENDE	11 218	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	6 328	SÃO ROQUE DO PICO	2 840
PALMELA	43 339	OLIVEIRA DO HOSPITAL	19 089	MOGADOURO	11 214	ALPARÇA	6 298	APRONCHES	2 814
CHAVES	42 565	ALMEIRIM	18 723	SANTA COMBA DÃO	11 171	CASTRO VERDE	6 273	MOURÃO	2 506
ÁGUEDA	41 711	VIZELA	18 691	LAGOA	10 980	SEPNANCELHE	6 266	ALVITO	2 113
MARCO DE CANAVESES	41 503	BAIÃO	18 583	SINES	10 938	ARRAIÓLOS	6 251	SANTA CRUZ DAS FLORES	1 975
VILA VERDE	41 065	CORUICHE	18 566	PINHEL	10 783	SÃO VICENTE	6 227	BARRANCOS	1 570
PAÇOS DE FERREIRA	41 011	CINFÁES	18 388	MOIMENTA DA BEIRA	10 650	TABUAÇO	6 196	LAJES DAS FLORES	1 286
CALDAS DA RAINHA	40 221	CELORICO DE BASTO	18 381	MIRANDA DO CORVO	10 519	MEDA	6 164	CORVO	337
PORTIMÃO	39 454	OLIVEIRA DO BAIRRO	18 038	IDANHA-A-NOVA	10 377	REDONDO	6 158		
PONTE DE LIMA	38 915	SOURÉ	18 028	TRANCOOSO	10 310	AGUIAR DA BEIRA	6 084	Total Nacional	8 784 959

Fonte: Comissão Nacional de Eleições (dados referentes a 31.12.2007)

Dito de outra forma, este peso específico da população do município de Santa Maria da Feira conquistou valores mais expressivos e notórios.

Ora, sendo o município parte integrante de um sistema mais amplo, dever-se-á proceder a uma análise dos fenómenos tendo uma visão globalizante das realidades. Ou seja, os comportamentos verificados em Santa Maria da Feira não serão, como é óbvio, indissociáveis da realidade regional e nacional.

Deste modo, e como já foi sublinhado, Portugal é dos países do contexto europeu que protagonizou um dos mais profundos e rápidos processos de metamorfose socioeconómica no decurso dos últimos 35/40 anos. Ora, a situação demográfica do país irá reflectir, nessa exacta medida, as profundas alterações ocorridas na sociedade e economia portuguesas desde meados da década de 1970.

Nessa altura, comparativamente com os países mais desenvolvidos a nível europeu, a dinâmica interna da demografia portuguesa caracterizava-se por elevados níveis de fecundidade e de mortalidade infantil, uma esperança média de vida inferior à média europeia e por fluxos migratórios significativos. A conjugação destes indicadores permitem traçar um cenário não muito animador do contexto sociocultural português da época.

O estudo de uma população e das suas variáveis e indicadores é, desassombradamente, a melhor forma de se poder aferir o grau de desenvolvimento (ou não) de um dado território.





Na década de 1980, o cenário demográfico português alterou-se significativamente, passando a população portuguesa a manifestar novos comportamentos demográficos. A este propósito destaca-se a redução dos níveis de fecundidade (aproximando-se dos valores médios europeus) e importantes ganhos na esperança média de vida, mercê da melhoria generalizada do contexto socioeconómico do país. Paralelamente, neste período ocorre ainda uma importante diminuição da mortalidade infantil e juvenil e o país torna-se em país de imigração, rompendo décadas de uma tradição emigratória.

Em resumo, a evolução da situação demográfica portuguesa nos 35 anos pode sintetizar-se do seguinte modo:

- Redução dos valores da fecundidade, em especial nos anos 90, para níveis dos mais baixos da União Europeia, pese embora uma recente melhoria deste indicador. Esta redução poder-se-á explicar, em parte, pela entrada definitiva da mulher no mundo do trabalho assim como por uma generalização de utilização dos meios contraceptivos.

- Acréscimo significativo dos valores de esperança média de vida da população, tanto no sexo masculino como no feminino. Este acréscimo explica-se pela melhoria assinalável das condições de assistência médica e saúde pública em Portugal.

- Encerramento dos grande ciclos emigratórios transoceânicos e europeus, seguindo Portugal a tendência de outros países da União Europeia, como Espanha, Itália ou Grécia, passando Portugal a assumir-se como um país de imigração, acolhendo indiví-

duos dos Países Africanos de Expressão de Língua Portuguesa, Brasil e mais recentemente oriundos do Leste Europeu.

- Envelhecimento demográfico gerado na base da pirâmide etária (redução do número de nascimentos) como no seu topo (acréscimo da população com 65 e mais anos).

De um modo geral poder-se-á afirmar que Santa Maria da Feira tende a acompanhar o comportamento a nível nacional dos principais indicadores demográficos, demonstrando, no entanto, uma dinâmica mais positiva e mais vincada em todos eles.

b) Natalidade e Mortalidade

No que se refere aos valores da natalidade, os últimos 35 anos em Portugal registaram uma tendência de forte decréscimo destes valores. A metamorfose socioeconómica em Portugal tem, obviamente, reflexos vários nos modos de vida das populações e até na estrutura das famílias.

125

EVOLUÇÃO DA TAXA DE NATALIDADE E MORTALIDADE *						
ÂMBITO GEOGRÁFICO	1998		2000		2002	
	NATALIDADE	MORTALIDADE	NATALIDADE	MORTALIDADE	NATALIDADE	MORTALIDADE
Arouca	11,3	9,6	11,6	9,2	9,9	9,5
Oliv. Azeméis	11,3	8,4	11,5	8,3	10,3	7,7
SM Feira	12,4	6,8	13,3	6,6	11,7	6,6
SJ Madeira	12,5	7,7	7,6	7,6	11,5	7,2
Vale Cambra	10,1	9,3	9,6	9,6	9,0	9,4
EDV	11,8	7,7	12,0	7,6	10,9	7,4
Região Centro	10,08	12,09	10,10	11,6	7,14	8,65
Região Norte	12,1	8,9	12,3	8,7	11,2	8,7
Portugal	11,4	10,6	11,7	10,3	11,4	10,7

* Valores em permilagem

Fonte: INE



HOSPITAL DE S. SEBASTIÃO E ENVOLVENTE

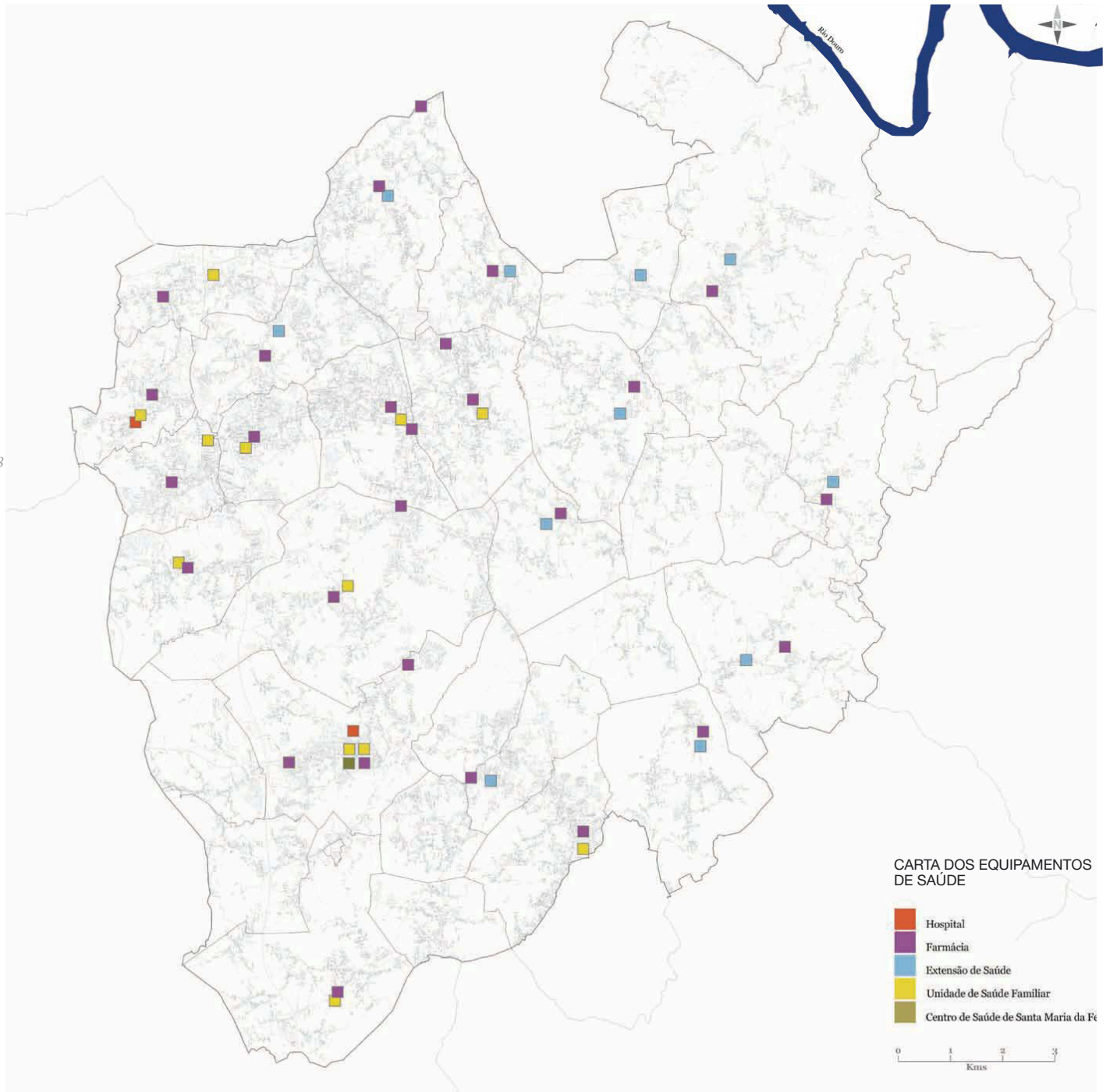


O número de nascimentos no país diminuiu significativamente. Uma análise às estatísticas permite concluir que o concelho é, no contexto regional em que se insere, o município que apresenta um comportamento mais positivo da natalidade, suplantando, inclusive, os valores totais do país.

Tal facto é revelador de um maior dinamismo demográfico que os restantes municípios. Relativamente ao comportamento da mortalidade há uma tendência de quebra generalizada dos valores no conjunto dos municípios do Entre Douro e Vouga. De resto, o agrupamento destes municípios acompanha as tendências de quebra da Região Norte e do desempenho Nacional. ***Digno de realce é ainda o facto do município de Santa Maria da Feira ser, num contexto local, o concelho com menores taxas de mortalidade.***

Sendo a Taxa de Mortalidade um dos indicadores demográficos usualmente utilizados na aferição da qualidade de vida das populações, poder-se-á inferir uma posição de maior relevo do município de Santa Maria da Feira (6,6) em relação aos demais municípios da Região de Entre Douro e Vouga (7,4). Mesmo comparando a realidade numérica da mortalidade com a Região Norte (8,7) ou com os valores nacionais (10,7), facilmente se conclui um melhor desempenho do município de Santa Maria da Feira.

O facto das alterações socioeconómicas registadas no país terem os seus reflexos no comportamento dos indicadores demográficos. Como foi já referido, nestes últimos 35 anos, o País modernizou-se e foram criadas estruturas importantes no garante da melhoria das condições de vida dos portugueses, nomeadamente no que concerne a hábitos de cuidados de saúde e assistência médica. ***O abai-xamento dos números da mortalidade feirense estará, indelevelmente, associado ao surgimento do Hospital Distrital S. Sebastião, em Santa Maria da Feira.***



c) Saldo Natural

É sabido que após anos de um crescimento demográfico que se poderá considerar como sendo forte, Portugal tem vindo a registar valores mais modestos neste indicador. Todavia, e dado que o país registou uma melhoria do enquadramento socioeconómico visível através do abaixamento significativo da mortalidade, seria expectável que o diferencial entre natalidade e mortalidade resultasse num crescimento demográfico não residual, tal como sucede. No entanto, tal situação deriva do abaixamento significativo da natalidade tendo sido essa uma das principais alterações comportamentais da demografia portuguesa moderna.

Na origem dos reduzidos saldos naturais registados no país está a forte quebra do número de nascimentos.

O índice de fecundidade (número médio de filhos por mulher) está hoje estabilizado em 1,5, nível inferior ao necessário para assegurar a substituição das gerações (2,1) e um dos valores mais baixos da Europa. Nasceram menos crianças, mas a melhoria dos cuidados de saúde permitiu, por um lado, uma evolução muito positiva das taxas de mortalidade infantil (de 22‰ em 1981 para 4,1‰ em 2003) e, por outro, o aumento considerável nos valores de esperança média de vida.

A conjugação destes diversos indicadores resulta numa alteração significativa dos padrões demográficos portugueses, sendo que, estas alterações repercutem-se, obviamente, ao nível do concelho de Santa Maria da Feira.

NASCIMENTOS EM PORTUGAL		
1960	1991	2002
213 900	152 100	114 500

Fonte: INE

Um dos aspectos mais marcantes deste novo cenário demográfico português resulta num processo de envelhecimento da população. Nos anos 60, os níveis de natalidade portugueses eram elevados, representando os jovens quase 30% do total da população. Nessa época, num contexto Europeu, Portugal apresentava uma estrutura jovem. No entanto, hoje o cenário é bem diferente e o país apresenta-se, nesse mesmo contexto, como um país com uma menor proporção do grupo etário mais jovem.

Paralelamente, a proporção do grupo etário de população idosa (indivíduos com 65 e mais anos) mais que duplicou desde 1960, situando-se, presentemente, muito próximo dos valores médios europeus, podendo-se, portanto, aludir a um envelhecimento da população portuguesa.



d) Envelhecimento da população

131

As mutações socioeconómicas de Portugal ao longo das últimas quatro décadas têm sido responsáveis por algumas das mais importantes alterações do comportamento demográfico nacional. As alterações da (e na) estrutura económica, e dos modos de vida dos portugueses, a melhoria quase generalizada das condições de saúde e higiene ou os novos paradigmas sociais de um país têm sido agentes activos e decisivos para um progressivo envelhecimento da população.

Este fenómeno, de resto comum a outros países da Europa do Sul, caracteriza-se pelo aumento da importância da proporção da população envelhecida (com 65 ou mais anos) relativamente à população jovem (com menos de 15 anos).

Segundo Alfred Sauvey, o século XXI será o século do envelhecimento. Ora, e se assim é, e se Portugal acelerou, nos últimos

anos uma evolução conducente à confirmação desta teoria, será de todo pertinente que se equacionem diferentes formas de encararmos as sociedades actual e vindoura. Não será excesso linguístico admitir que o envelhecimento demográfico se assume como o fenómeno mais relevante nas sociedades desenvolvidas devido às suas múltiplas implicações na esfera socioeconómica das regiões e dos países.

A baixa dos valores da fecundidade e o aumento da longevidade são dos factores que explicam este fenómeno de envelhecimento da população portuguesa. Durante muito tempo considerou-se que a causa do envelhecimento residia única e exclusivamente numa diminuição da mortalidade. No entanto, conclui-se hoje que o declínio da fecundidade e os fluxos migratórios, internos e externos, têm um papel particularmente preponderante no processo de envelhecimento da população.





O declínio da fecundidade, porque influi directamente na dimensão dos efectivos mais jovens da população. Os fluxos migratórios com consequência directa e imediata na estrutura etária da população, sobretudo em idade activa, mas também com uma consequência indirecta pelas transferências de nascimentos que originam.

Os dados disponíveis da realidade portuguesa ditam-nos que a proporção de população portuguesa com 65 ou mais anos (população idosa) duplicou nos últimos 40 anos. Crê-se ainda que, até 2050, essa proporção volte a duplicar, sendo que, à luz desta análise prospectiva, em 2050 o total de população idosa portuguesa totalize cerca de 32% da população do país.

EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO IDOSA EM PORTUGAL (1960 – 2050)

1960	1981	1991	2001	2050
8%	11%	14%	16%	32%

Com base nas projecções do INE

O grau de envelhecimento demográfico de Portugal enquadra-se com os valores médios da União Europeia, conforme se pode concluir da análise da tabela seguinte.

GRAU DE ENVELHECIMENTO NA UNIÃO EUROPEIA

PAÍS	POPULAÇÃO IDOSA (%)
Bélgica	17,0 %
Dinamarca	14,8 %
Alemanha	17,5 %
Grécia	17,3 %
Espanha	17,1 %
França	16,3 %
Irlanda	11,1 %
Itália	18,2 %
Luxemburgo	14,0 %
Holanda	13,7 %
Áustria	15,5 %
Portugal	16,7 %
Finlândia	15,3 %
Suécia	17,2 %
Reino Unido	15,6 %
União Europeia	16,8 %

Proporção de população idosa (65 ou mais anos), União Europeia (15), 2002
Fonte: INE

Quando foram divulgados os resultados definitivos do Censos 2001, não constituiu grande surpresa a constatação do índice de envelhecimento ultrapassar o valor de 100. De resto, a constatação da realidade deixava antever que o peso proporcional da população idosa fosse superior ao do peso da população com menos de 15 anos (o índice de envelhecimento calculado para 2001 refere 102 idosos por cada 100 jovens).

No entanto, considerando o conjunto do país, é possível constatar-se ritmos diferenciados entre as diversas regiões. Desde há muito que as regiões do interior têm assistido a um constante e progressivo abandono das suas gentes, especialmente das franjas populacionais mais jovens. Tal facto concorre sobremaneira para o aumento do peso percentual da população idosa nestas regiões. Ora, nestes casos, estar-se-á a falar de um envelhecimento provocado pela base da pirâmide etária, até porque poderá assistir-se ao fenómeno de diminuição da população idosa e, simultaneamente ao aumento do peso percentual deste grupo etário. Para tal basta somente que diminuam os efectivos dos outros escalões etários.

Por outro lado, em determinadas regiões do país, observam-se ainda níveis de natalidade considerados altos quando vistos, analisados e comparados com as médias nacionais. Nestes casos verifica-se um equilíbrio entre o rácio da população jovem e a população mais idosa.

Outros casos há em que as variações positivas da população se ficam a dever aos fluxos migratórios, sobretudo mais visível nos grupos etários da população em idade activa.

No caso do envelhecimento da população portuguesa patente no período intercensitário de 1991 a 2001, estar-se-á a falar de um duplo envelhecimento. A análise dos dados evidencia um estreitamento da base, sobretudo nas classes mais baixas, demonstrativo de uma quebra dos índices de fecundidade, e um alargamento do topo, sobretudo nas classes acima dos 65 anos de idade (população idosa). Entre 1991 e 2001, a proporção de jovens diminuiu de 20,0% para 16,0%, enquanto que a de idosos subiu de 13,6% para 16,4%, suplantando, portanto, a população jovem.

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO EM PORTUGAL

1991	2001
68	102

*Relaciona a população idosa (65 ou + anos) com a população jovem (- 15 anos).
Valor expresso em n.º de idosos por cada 100 jovens.
Fonte: INE*

A evolução do índice de envelhecimento neste período compreendido entre os últimos momentos censitários em Portugal traduz-se num aumento de cerca de 40 idosos por cada 100 jovens, que, segundo as projecções demográficas realizadas se prevê que continue e se intensifique nos próximos anos.

AGRAVAMENTO DO ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO			
	0-14	15-64	65 ou +
1991	20,0	66,4	13,6
2001	16,0	67,7	16,4
2010	15,4	68,9	17,7
2020	13,9	65,7	20,4
2030	12,7	63,0	24,2
2040	12,9	58,5	28,6
2050	13,2	55,1	31,8

Fonte: INE

Como se pode verificar da análise da tabela, o recuo da natalidade começa a ter os seus reflexos na população em idade activa a partir de 2010, representando no final do período cerca de 55% do total da população, contra 68% recenseados em 2010. Destes valores projectados resulta igualmente clara uma certa recuperação dos valores da fecundidade a partir da década de 2020, algo que se repercutirá nos valores da proporção de população jovem a partir do ano de 2040 (recuperação de 0,02% de 2030 para 2040 e de 0,03% de 2040 para 2050). Ainda assim, este ganho de proporção de população jovem previsto para este período será "à custa" da população em idade activa, já que a população idosa não cessará de aumentar a sua proporção no período referido.

2001	0-14	15-64	65 ou +
NORTE	17,5	68,5	14,0
CENTRO	15,0	65,5	19,4
LISBOA	14,9	69,7	15,4
ALENTEJO	13,7	63,9	22,3
ALGARVE	14,6	66,8	18,6
RAA	21,4	65,6	13,0
RAM	19,1	67,2	13,7

2030	0-14	15-64	65 ou +
NORTE	12,8	62,9	24,3
CENTRO	11,8	61,3	26,9
LISBOA	13,5	64,4	22,1
ALENTEJO	10,9	60,6	28,5
ALGARVE	12,5	64,3	23,2
RAA	14,7	66,2	19,1
RAM	13,9	65,1	21,0

Fonte: INE

2050	0-14	15-64	65 ou +
NORTE	12,9	54,3	32,8
CENTRO	12,0	53,0	34,9
LISBOA	14,4	57,3	28,2
ALENTEJO	10,9	50,9	38,2
ALGARVE	13,0	57,3	29,7
RAA	13,4	58,2	28,4
RAM	13,1	56,0	30,9

Fonte: INE

A nível regional, as metamorfoses da estrutura etária da população revelam comportamentos diferenciados, pese embora ser transversal a todo o território português uma generalizada tendência de envelhecimento.

De acordo com os dados disponíveis, é visível que os maiores decréscimos de população jovem entre 2001 e a baliza temporal de 2050 (limite da projecção) se registam (ou registarão) nas Regiões Norte e Centro de Portugal, assim como em ambas as Regiões Autónomas. Esta tendência é de tal forma evidente que, em 2050, se projecta que a Região Norte e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira deixem de ser as regiões mais jovens do país, apresentando valores muito semelhantes às restantes regiões. A população idosa, por seu turno, verificará um aumento progres-

sivo e contínuo em todas as regiões nacionais, sobretudo também no Norte e Regiões Autónomas, ou seja, naquelas regiões até agora menos envelhecidas e que só muito recentemente deixaram de garantir a substituição das gerações.

De um modo geral, o envelhecimento da população será um fenómeno comum a todo o país e a todas as regiões nas próximas décadas, embora em momentos e com ritmos de mudança diferenciados, tornando-se o ritmo mais lento à medida que a população idosa reforça o seu peso proporcional na população total.

Uma das notas mais salientes da interpretação dos dados, tanto numa perspectiva retrospectiva como numa prospectiva, tem a ver com o comportamento da evolução da população idosa e da população muito idosa. Nos 30 anos que decorreram entre 1960 e 1991 a população portuguesa cresceu, em média, 0,4% ao ano. Valor muito semelhante foi verificado na evolução da população em idade activa (0,5% ao ano). No entanto, as taxas de crescimento da população idosa e muito idosa registaram valores bem acima dos registados nos outros grupos etários. A população idosa regista um crescimento médio anual de 2,1% e a população muito idosa (indivíduos com 85 ou mais anos) atinge o ritmo mais rápido de crescimento: quase 3,0% ao ano.

Paralelamente, a população jovem, identificada com a faixa etária inferior (menos de 15 anos), regista um decréscimo médio de 0,9% ao ano.

**TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO (PORTUGAL)
POPULAÇÃO TOTAL E IDOSA, 1960-2050**

1960-1991	
POPULAÇÃO TOTAL	0,4%
65 + ANOS	2,1%
85 + ANOS	2,9%

1991-2020	
POPULAÇÃO TOTAL	0,2%
65 + ANOS	1,6%
85 + ANOS	3,4%

2020-2050	
POPULAÇÃO TOTAL	0,4%
65 + ANOS	1,1%
85 + ANOS	1,9%

Cálculos com base nos Recenseamentos Gerais da População, de 1960 a 2001 e projecções da população residente, 2000-2050)
Fonte: INE

No período subsequente, compreendido entre 1991 e 2020, o crescimento médio da população total tenderá a abrandar e a ser reduzido a metade (0,2%). Tal deve-se a ritmos muito fracos até 2010 e negativos na década seguinte.

A população jovem mantém uma variação negativa e a população em idade activa regista um crescimento igualmente baixo (cerca de 0,2% média anual), enquanto que a população com mais de 65 ou mais anos cresce a ritmos de 1,8% ao ano. No mesmo período, e mais evidente será mesmo o aumento da longevidade, com a população com 85 ou mais anos a evoluir grandemente (média de 3,4%/ano).

Entre 2020 e 2050, a população total observa uma evolução média anual simétrica, comparativamente ao período de 1960 a 1991. Esta evolução resulta de trajectórias diferentes nos grandes grupos etários. A população em idade activa junta-se à população jovem, assumindo ambas trajectórias negativas, e unicamente a população idosa (e com especial ênfase a população muito idosa) regista valores positivos, embora mais moderados que no período anterior, tendência esperada dado o grau de envelhecimento entretanto atingido.

Ora, se é na Região Norte que mais alterações irão ocorrer ao nível da estrutura etária da população portuguesa, é óbvio que essas mesmas alterações terão repercussões e reflexos na própria estrutura populacional de Santa Maria da Feira. A tendência será, claro está, para serem sentidas no município as transformações demográficas previstas para o país: um progressivo aumento

do peso proporcional da população idosa e muito idosa, muito “à custa” dos demais grupos etários, particularmente do escalão da população mais jovem. No entanto, esta tendência não será tão pronunciada no concelho como nos demais municípios da Área Metropolitana do Porto. Embora inegável, o envelhecimento da população Feirense traduzir-se-á a um ritmo bem mais lento do que na grande maioria dos municípios envolventes.

AMP* VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO 91-01:

JOVEM	ADULTA	IDOSA
-5,34	2,74	2,61

* AMP: Área Metropolitana do Porto
Fonte: INE

Do conjunto de dados vertidos nas tabelas seguintes, conclui-se que Santa Maria da Feira foi dos municípios que, no contexto da Área Metropolitana do Porto e no intervalo temporal de 1991 a 2001 conseguiu conservar um maior teor de juventude da sua população (apesar de perdas na ordem dos 3,79% do peso percentual efectivos populacionais de idade inferior a 15 anos), como um aumento menos rápido da população idosa e muito idosa do que na maior parte dos municípios da AMP e até do País.

Esta tendência quase “contra ciclo” com a Região e os fenómenos nacionais evidencia um dinamismo demográfico importante do município e que permite, de forma desassombrada, sublinhar-se que a população é um importante recurso que Santa Maria da Feira tem ao seu dispor, importando, por isso, que saiba retirar desse mesmo recurso todas as suas potencialidades.

PROPORÇÃO:	POPULAÇÃO JOVEM			
	MUNICÍPIO	1991	2001	VARIAÇÃO
	Arouca	23,79	18,12	-5,67
	Espinho	20,12	15,23	-4,89
	Gondomar	20,91	17,31	-3,60
	Maia	21,26	17,43	-3,83
	Matosinhos	20,64	15,98	-4,66
	Oliveira de Azeméis	21,72	17,25	-4,47
	Porto	16,95	13,14	-3,81
	Póvoa do Varzim	23,82	19,03	-4,79
	S. João da Madeira	21,81	17,33	-4,49
	Santa Maria da Feira	22,19	18,41	-3,79
	Santo Tirso	21,61	16,84	-4,77
	Trofa	23,69	19,17	-4,52
	Vale de Cambra	21,32	15,85	-5,47
	Valongo	22,20	17,85	-4,35
	Vila do Conde	22,32	17,97	-4,35
	Vila Nova de Gaia	20,22	17,05	-3,17

POPULAÇÃO ADULTA			POPULAÇÃO IDOSA		
1991	2001	VARIAÇÃO	1991	2001	VARIAÇÃO
61,34	65,72	4,38	14,87	16,16	1,29
69,45	70,25	0,80	10,42	14,51	4,09
70,35	71,73	1,38	8,74	10,96	2,22
69,79	72,04	2,25	8,95	10,53	1,58
70,36	71,75	1,39	9,01	12,27	3,26
67,78	69,56	1,79	10,50	13,19	2,69
68,25	67,47	-0,77	14,80	19,38	4,58
66,83	69,74	2,90	9,34	11,23	1,89
68,97	70,56	1,59	9,21	12,11	2,90
68,97	70,54	1,56	8,83	11,06	2,23
68,59	70,16	1,57	9,80	13,00	3,20
68,22	70,84	2,62	8,08	9,99	1,91
65,31	67,86	2,55	13,37	16,29	2,92
70,66	72,36	1,70	7,14	9,79	2,65
68,20	70,36	2,16	9,48	11,67	2,19
70,15	71,06	0,91	9,63	11,90	2,27

Fonte: INE

MUNICÍPIO POPULAÇÃO	1991			2001		
	JOVEM	ADULTA	IDOSA	JOVEM	ADULTA	IDOSA
Arouca	5 685	14 656	3 553	4 391	15 921	3 915
Espinho	7 034	24 278	3 644	5 134	23 676	4 891
Gondomar	29 938	100 726	12 514	28 411	117 706	17 979
Maia	19 804	65 013	8 334	20 940	86 527	12 644
Matosinhos	31 303	106 720	13 659	26 686	119 842	20 498
Oliveira de Azeméis	14 520	45 305	10 479	12 198	49 197	9 326
Porto	51 269	206 423	44 780	3 584	177 544	51 003
Póvoa do Varzim	13 053	36 617	5 118	12 081	44 262	7 127
S. João da Madeira	4 025	12 727	1 700	3 656	14 890	2 556
Santa Maria da Feira	26 332	81 830	10 479	25 028	95 904	15 032
Santo Tirso	15 078	47 857	6 838	12 193	50 794	9 409
Trofa	7 776	26 622	2 653	7 206	26 622	3 753
Vale de Cambra	5 231	16 025	3 281	3 931	16 828	4 039
Valongo	16 466	52 407	5 299	15 349	62 233	8 423
Vila do Conde	14 470	44 217	6 149	13 369	52 342	8 680
Vila Nova de Gaia	50 261	174 370	23 934	49 222	205 180	34 347
A.M.P.	312 245	1 055 793	162 414	243 379	1 159 468	213 622
PROPORÇÃO %	20,4	68,99	10,61	15,06	71,73	13,22

POPULAÇÃO MUITO IDOSA (+ DE 85 ANOS)					
	1991		2001		
MUNICÍPIO	TOTAL	%	TOTAL	%	VARIAÇÃO
Arouca	234	0,98	455	1,88	0,9
Espinho	235	0,67	415	1,23	0,56
Gondomar	669	0,47	1 343	0,82	0,35
Maia	498	0,53	942	0,78	0,25
Matosinhos	845	0,56	1 618	0,97	0,41
Oliveira de Azeméis	494	0,74	796	1,13	0,39
Porto	3 404	1,13	4 939	1,88	0,75
Póvoa do Varzim	308	0,56	584	0,92	0,36
S. João da Madeira	96	0,52	205	0,97	0,45
Santa Maria da Feira	714	0,6	1 208	0,89	0,29
Santo Tirso	406	0,58	826	1,14	0,56
Trofa	146	0,44	285	0,76	0,32
Vale de Cambra	294	1,2	426	1,72	0,52
Valongo	317	0,43	634	0,74	0,31
Vila do Conde	336	0,52	688	0,92	0,4
Vila Nova de Gaia	1 482	0,6	2 556	0,89	0,29
A.M.P.	10 478	0,68	17 920	1,11	0,43

Fonte: INE

3. Educação

A educação assume-se como um dos pilares basilares da sociedade moderna tal como a conhecemos. Se assim não fosse, seriam impensáveis os investimentos feitos pelos governos do mundo desenvolvido neste sector estratégico para a sustentação da sociedade e do tecido socioeconómico. A educação sempre assumiu um papel de destaque nas civilizações antigas que mais se notabilizaram, como a Civilização Egípcia, a Grécia Antiga ou o Império Romano. Ontem, como hoje, não é possível pensarmos em desenvolvimento, crescimento, inovação ou bem-estar sem que todos os que compõem a sociedade possuam os instrumentos básicos que lhes permitam intervir de forma activa no esforço que conduz ao avanço colectivo a que damos o nome de desenvolvimento.

Se é verdade que a educação é um processo de crescimento, desenvolvimento, valorização e aperfeiçoamento pessoal, potencian-

do o aproveitamento das capacidades de cada um dos indivíduos, também não será menos verdade que a educação conjunta de uma sociedade eleva exponencialmente a possibilidade de aproveitamento dessas capacidades, almejando o bem comum. Através da educação, os indivíduos tomam consciência dos valores que dão consistência ao meio social em que estão inseridos, desenvolvendo o sentido crítico necessário para uma intervenção que contribua para o desenvolvimento do mesmo. Todos os elementos que constituem um grupo necessitam de interagir concertadamente entre si para beneficiarem do progresso que vão construindo, colocando ao serviço de todos a riqueza criada, preservando o meio que os rodeia e propiciando o bem-estar.

É da responsabilidade de cada geração preparar os instrumentos necessários para que os que vêm a seguir consigam uma fácil integração social. É através da educação que cada geração deixa

à geração seguinte o seu legado mais rico, transmitindo a sustentabilidade do seu desenvolvimento. No actual estado de desenvolvimento da nossa sociedade, compete ao sistema educativo, do qual uma parte substantiva está assente na organização escolar, fornecer uma quota importante daqueles instrumentos.

Ora, desta forma, e se o desenvolvimento social a todos interessa, então a todos tem que interessar o modo como se educam os cidadãos, assim como não pode haver um desenvolvimento completo da comunidade sem que todos os seus membros possuam as condições para o desempenho correcto do seu papel social, também não é possível ter condições de obter uma boa educação e formação sem a intervenção da comunidade envolvente. E nesta intervenção a comunidade aproveita para “crescer”. ***A educação é, pois, um esforço que não pode, de modo algum, ser individual mas, interessando a todos e tendo todos de intervirm nela, dilui os papéis de actores e de espectadores.***

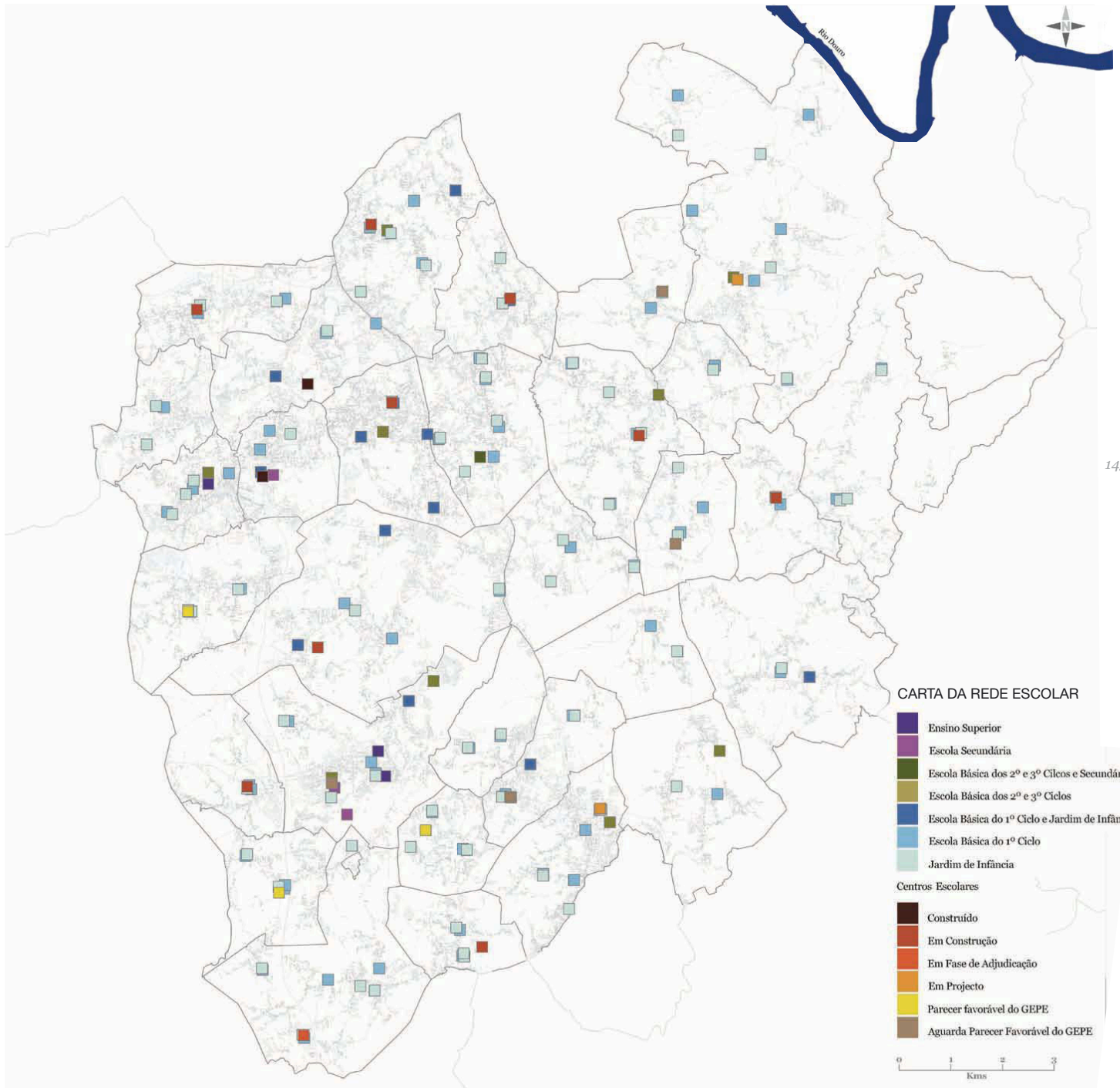
Conhecer uma população é bem mais do que apenas saber quantificá-la numericamente. Esse indicador, embora não possa ser negligenciado, é pouco ambicioso na tentativa de perspectivar o futuro. Deste modo, importará saber caracterizar essa mesma população através de uma análise mais ampla e mais alargada. Só assim se poderão avaliar os graus de cumprimento das políticas em curso para que possam ser reforçadas ou, em alternativa, revistas e melhoradas, isto sempre tendo como horizonte final a prossecução do objectivo central que é a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações através de um desenvolvimento económico sustentável que almeje a coesão social.

As mutações socioeconómicas registadas no Portugal moderno tiveram, como foi já referido, reflexos múltiplos na estrutura social portuguesa. Tal será facilmente comprovável se nos detivermos com maior pormenor nas mudanças ao nível do tecido económico, nas estruturas familiares, na organização do espaço e do território, na distribuição da população, na habitação, entre uma infindável listagem de indicadores. O sector da educação não é excepção. Os efeitos da democratização política resultante da revolução de Abril possibilitaram idêntico progresso no sector do ensino e da educação em Portugal. O que seria privilégio para poucos passou a ser, paulatinamente, um direito de todos. Causa e consequência do desenvolvimento inquestionável do país, nenhum outro sector terá merecido tão forte investimento como a educação, facto esse sintomático da importância enquanto “motor” de desenvolvimento.

Este facto pode ser facilmente corroborado com a análise da evolução da taxa de analfabetismo em Portugal nas últimas três décadas. Com efeito, apesar do decréscimo da população em idade escolar (entre os 6 e os 24 anos), o número de alunos que frequentam os diversos graus do sistema de ensino aumentou significativamente. Não obstante o analfabetismo ter vindo a diminuir de forma acentuada desde a década de 70 (de 25,7% para 9,0%), em 2001 nove em cada 100 portugueses com dez ou mais anos não sabiam ler nem escrever, continuando Portugal a apresentar uma das taxas mais elevadas no contexto europeu. A taxa de analfabetismo das mulheres foi sempre superior à dos homens, ao longo deste período. Em 2001, cifrava-se em 11,5% para as mulheres e em 6,3% para os homens. Apesar de subsistir ainda esta diferença considerável, verificou-se uma aproximação

nas últimas três décadas (em 1970, a taxa para as mulheres era de 31,0% e para os homens de 19,7%). Os principais factores que têm influenciado a diminuição da taxa de analfabetismo são a já referida escolarização progressiva dos jovens em idade escolar e a renovação das camadas mais idosas da população por outras com menores taxas de analfabetismo.

É de referir que as taxas de analfabetismo, quer dos indivíduos do sexo masculino, quer dos indivíduos do sexo feminino da população idosa (com 65 e mais anos), ainda que elevadas, diminuíram nos últimos 30 anos: nos homens, a proporção de pessoas que não sabiam ler ou escrever passou de 47,0%, em 1970, para 24,5%, em 2001; nas mulheres, a percentagem de analfabetismo apresenta-se bastante superior: 64,6%, em 1970, e 40,8%, em 2001. Ao longo dos 30 anos ocorreu uma efectiva redução de alunos que se encontravam a frequentar os dois primeiros ciclos do ensino básico: em 1970 estavam matriculados cerca de um milhão de alunos e em 2001 apenas 800 mil. Para esta redução deverá ter contribuído, entre outros factores, a queda da natalidade entretanto ocorrida.



Quanto aos alunos matriculados no terceiro ciclo do ensino básico e no ensino secundário, o número triplicou em trinta anos, passando de 224 mil, em 1970, para mais de 735 mil, em 2001. Esta massificação escolar está associada ao alargamento da escolaridade obrigatória ao 3.º ciclo do ensino básico. No ensino superior a evolução foi ainda mais significativa, já que o número de estudantes decuplicou nas três décadas, passando de cerca de 38 mil, em 1970, para mais de 390 mil, em 2001. Para este aumento terá contribuído o alargamento e descentralização do parque escolar universitário, com a criação de novas universidades públicas e privadas, assim como de institutos politécnicos. Também se verificou que as mulheres passaram a constituir a maioria dos estudantes do ensino superior, 56% do total, em 2001, percentagem que, em 1970, pertencia aos homens. Ao longo das últimas três décadas, a crescente escolarização da população portuguesa suscitou a diminuição da proporção da população sem qualquer qualificação (de 60,6%, em 1970, para 26,4%, em 2001) e o aumento do peso da população com o ensino secundário completo (de 2,3% para 11,0%) e o superior completo (0,6% para 6,5%). Assisteu-se também a uma crescente feminização dos níveis de ensino mais elevados (secundário, médio e superior). De facto, a proporção de mulheres ultrapassou a proporção de homens nesses níveis de ensino. Simultaneamente, a proporção de mulheres sem qualquer qualificação continua superior à dos homens. Refira-se que, em 1970, em todos os níveis de ensino, a proporção de população masculina com qualificações académicas era superior à feminina. O reconhecimento da importância da educação por parte do poder político consubstanciou-se no aumento da despesa pública neste sector que, em percentagem do PIB, cresceu significativamente nas últimas três décadas, passando de 4,3%, em 1977, para 7,0%, em 2001.

Os números registados no domínio da Educação e da Qualificação dos feirenses não são, grosso modo, particularmente brilhantes. Pelo menos é esta a ideia preconcebida aceite pela generalidade das pessoas. Tal fica a dever-se, em grande medida, ao elevado vínculo da sua população aos sectores mais tradicionais, como a Indústria ou a Construção Civil, ou seja, sectores de actividade que, por norma, não exigem grande preparação académica. Tal denuncia, igualmente, uma entrada precoce da mão-de-obra feirense no mundo de trabalho, tese que será corroborada pelas estatísticas relacionadas com o abandono escolar.

Ora, neste aspecto surgirá, desde logo, o primeiro grande constrangimento para o município, já que a unanimidade dos estudos que se debruçam sobre as questões do desenvolvimento apontam a educação e a qualificação como o principal motor para a prossecução dos objectivos centrais de desenvolvimento. Se assim é, então, a baixa qualificação e preparação da mão-de-obra de um município poderá, a não ser revertida a situação, funcionar como obstáculo a esse mesmo desenvolvimento, concorrendo para a perda de vigor económico do seu tecido empresarial. Daí que seja de todo imperativo que estas questões relacionadas com a educação possam ser equacionadas, previstas e planeadas o mais atempadamente possível.

Allás, este compromisso com a Educação é, também, um desígnio nacional. O problema não se confina apenas e só aos limites do município de Santa Maria da Feira ou da Região Norte. É um problema transversal a todo o país e que ajuda, em grande medida,



a explicar as dificuldades que Portugal tem tido para, de uma vez por todas, entrar no “comboio” europeu da convergência.

A tenacidade dos esforços encetados pelas entidades responsáveis pelo sector da educação nos últimos anos tem vindo a frutificar. Um pouco por todo o país foi sendo renovado o parque escolar com a construção de novas escolas ou a reconversão de outras. Foram feitos reajustes nos conteúdos programáticos dos currículos, a escolaridade obrigatória foi alargada para nove anos e os ensinos secundário e superior foram democratizados. Estes esforços coincidiram no tempo com o desenvolvimento registado pelo país nos últimos 20 anos.

No entanto, dado estarmos inseridos num contexto de enorme competitividade determinada pela globalização, não nos bastará apenas darmos sequência ao que tem vindo a ser feito. Tal não significa que o percurso percorrido neste domínio esteja incorrecto, mas apenas que está a ser efectuado a velocidade inferior ao requerido pelas necessidades do país, de forma a atingir-se um desenvolvimento económico sustentado que possa patrocinar a coesão social dos portugueses.



TAXA DE ANALFABETISMO MUNICÍPIOS AMP (1991 – 2001)

CONCELHOS	1991	2001
Santa Maria da Feira	8,4	6,7
Arouca	15,0	11,7
Espinho	6,7	7,0
Gondomar	6,6	5,5
Maia	5,9	4,8
Matosinhos	5,5	5,2
Oliveira de Azeméis	7,1	6,8
Porto	4,8	4,8
Póvoa do Varzim	7,0	5,9
S. João da Madeira	8,5	7,2
Santo Tirso	5,1	4,8
Trofa	6,7	5,6
Vale de Cambra	11,4	9,7
Valongo	5,5	5,0
Vila do Conde	7,2	6,2
Vila Nova de Gaia	6,4	5,4
Região Norte	9,9	8,3
Portugal	11,0	9,0

Fonte: INE

A evolução da taxa de analfabetismo no município de Santa Maria da Feira no decénio compreendido entre 1991 e 2001 permite-nos concluir que os esforços registados neste domínio têm surtido os seus efeitos. Neste intervalo temporal, os números do município afastaram-se da média nacional, de 8,4 para 9,9 em 1991 (1,5 de diferença para os números do país) passando essa mesma diferença para 1,6 em 2001.

Dito de outra forma, Santa Maria da Feira conseguiu registar maior evolução neste domínio que a média nacional. Tal é sintomático dos resultados de uma aposta clara no sector nos últimos anos.

Comparativamente aos demais municípios da Área Metropolitana do Porto, verifica-se que os números verificados pelo município feirense estão, grosso modo, ainda algo desfasados da maioria dos municípios tidos como mais urbanos e desenvolvidos. Tal denuncia o vínculo claro entre a educação e a qualificação das populações com o grau de desenvolvimento dos territórios, sendo este facto, simultaneamente, causa e consequência desse mesmo desenvolvimento, causa, já que se uma população possui melhores condições de vida, obviamente que irá procurar proporcionar aos seus filhos uma educação melhor, consequência, dado que essa maior qualificação da mão-de-obra vai ser motor de potenciamento e de fixação de actividades económicas com maior teor técnico e tecnológico: as denominadas actividades de valor acrescentado.



ÁREA CENTRAL DE SANTA MARÍA DE LAMAS



ESCOLA SECUNDÁRIA DE FIÃES

Mantendo a incrementação dos projectos municipais de combate ao analfabetismo e ao abandono precoce do sistema educativo, Santa Maria da Feira continuará com uma taxa inferior à média nacional e à Região Norte, perspectivando-se – pelas políticas recentes – resultados mais positivos entre os municípios da Área Metropolitana do Porto.

Daqui se conclui que a educação é um pilar inequívoco do desenvolvimento de um país, de uma região ou de um município. A sua importância é de tal modo inquestionável que este sector pode assumir-se tanto como constrangimento ou como excelente veículo para o desenvolvimento.

Deste modo, dado que o diagnóstico realizado sobre a realidade de Santa Maria da Feira aponta algumas lacunas a este nível, importará apontar-se rumos a seguir com vista à superação desses constrangimentos.

A educação é uma das áreas essenciais a considerar e a intervir, pois trata-se da “trave-mestra” com forte expressão não só numa óptica de desenvolvimento pessoal e humano, mas também condição indispensável de suporte das exigências de desenvolvimento das economias baseadas no conhecimento e tecnologia como pretende ser a economia de Portugal.

Assim sendo, resulta claro que uma firme intervenção a este nível deverá ser devidamente articulada e coordenada pela administração central, que detém os meios e as competências necessárias para desencadear os mecanismos e as políticas indispensáveis. No entanto, não se pense que à administração local deverá estar

reservado um papel de mero observador. Embora as competências dos municípios neste sector centrem-se muito nos níveis pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, tal não significa que não possa haver forte empenhamento das autarquias na educação em geral; pelo contrário, até porque estes níveis de ensino se assumem como a base de todo o sector e determinam, em grande medida, o sucesso das políticas nos níveis de ensino subsequentes. Deste modo, uma intervenção das Autarquias que conduza ao ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico de elevada qualidade terá, obviamente, reflexos positivos nos ciclos seguintes. Para almejarmos a qualidade e a excelência do nosso sector educativo teremos que necessariamente revelar ambição nos projectos e estratégias que projectamos, abraçamos e desenvolvemos.

A educação e a formação são factores de extrema relevância para o desenvolvimento dos indivíduos, a competitividade dos países e a participação activa nos processos de mudança social. Sendo o conhecimento, a qualidade e a inovação elementos centrais das economias contemporâneas, a aposta na excelência dos sistemas de formação e de educação constitui o aspecto decisivo quando se insere num quadro de instrumentos de planeamento ou de projecção do futuro. Estes pressupostos estão, de resto, consagrados em quadros de instrumentos como o “Norte 2015” ou o “PROT-N” que assumem a aposta clara, entre outras, no sistema científico e tecnológico, sobretudo no sistema de ensino superior da região, intensificando a formação de jovens nestas áreas e ainda em mecanismos de apoio à intensificação tecnológica de empresas da região.



Estes serão, pois, os pressupostos em que assentam a estratégia de desenvolvimento gizada para o norte de Portugal. Uma estratégia que reclama forte investimento no sector da educação, nomeadamente numa formação de base que permita aos jovens a necessária qualificação para responder às exigências da cada vez mais premente intensificação tecnológica, através da qualificação

para a integração nos sistemas intermédio e universitário, permitindo o potenciamento de reais mais-valias no tecido produtivo.

Contudo, para que tal possa, de facto, ser alcançado, impõe-se a prossecução de um plano que vise o desenvolvimento de condições infra-estruturais e de equipamentos, assim como a

acção atenta sobre as complementaridades educativas e pedagógicas. Ambos os eixos visam a constituição de um projecto fundamental de estabelecimento de prioridades estratégicas, sendo que o ensino pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico se assumem determinantes para o sucesso.

Daqui se vê, de forma evidente, qual o grau de comprometimento que as autarquias deverão assumir para o desenvolvimento dos seus territórios e do país através da educação. Para tal, será necessária a requalificação e modernização do parque escolar, através de acção assente em estudos, projectos, assistência técnica e fiscalização, obras de construção / ampliação / requalificação dos estabelecimentos, arranjos exteriores dentro do perímetro dos estabelecimentos, mobiliário escolar, material didáctico e equipamento informático destinado a apetrechar as novas salas de aula e outros equipamentos necessários ao funcionamento de espaços específicos resultantes da construção e/ou ampliação das escolas.

O ensino pré-escolar é a primeira etapa do processo de educação dos indivíduos que se pretende contínuo ao longo das suas vidas. Assim sendo, importa que se potencie a existência de condições de acolhimento das crianças no sistema que se traduzam no aumento das taxas de escolarização nesta faixa etária.

Este nível de ensino contribui ainda para o desenvolvimento das crianças e é instrumento considerável no combate à exclusão social, dado que, além de garantir um espaço de desenvolvimento humano, disponibiliza ainda o serviço de guarda das crianças. A rede de ensino pré-escolar serve, assim, o desenvolvimento das

crianças, mas também concorre para a competitividade e para a coesão social.

A rede do ensino pré-escolar revela uma dimensão equipamental insuficiente, estimando-se que, no contexto da AMP, sejam necessárias 645 novas salas e a requalificação de 297, de modo a contribuir-se para o aumento das taxas de escolarização deste nível de ensino, almejando-se a sua universalização.

As mudanças da sociedade actual colocam a escola perante o desafio de proporcionar maior cobertura de horário, muitas vezes a tempo inteiro, permitindo combinar as necessidades de guarda das crianças com a oferta de actividades extracurriculares nas áreas das tecnologias, das línguas, do desporto e das expressões.

A escola a tempo inteiro concorre para a qualificação das crianças mais desfavorecidas, sendo contributo para a competitividade e ajuda no combate à exclusão social. É necessário que a complementaridade de horários contemple actividades que possibilitem a génese, crescimento e generalização de uma consciência crítica e de cidadania.

No concelho de Santa Maria da Feira têm sido vários os passos dados no sentido desta estratégia fundamental da Educação. A escola a tempo inteiro é já uma realidade. Os apoios sociais de combate ao abandono escolar são presença diária na vida de milhares de famílias, através do fornecimento de refeições e lanches, dos transportes escolares e das bolsas de estudo. São promovidos programas de saúde escolar ao nível da saúde oral, rastreios oftalmológicos e prevenção da obesidade. Diversos projectos educativos complementam e enriquecem o programa curricular dos alunos, com especial incidência sobre o conhecimento do património do concelho, a prevenção rodoviária, o convívio com a família e as gerações mais idosas, a participação democrática, a protecção do planeta e a expressão artística. O programa de Férias Escolares e Universidade Júnior proporcionam aos alunos um Verão simultaneamente divertido e produtivo, perspectivando o futuro. O melhoramento do parque escolar, através da renovação das EB1 e JI já existentes (Programa Sala +) e da construção de novos equipamentos como os Centros Escolares, e o acesso livre à Internet são outros exemplos de como se pode investir na educação para se ganhar o amanhã.



